

Sala de chefe de polícia era usada em grampos

Delegado e assessor, indiciados por escuta ilegal e falsidade ideológica, recusam-se a apontar mandante da espionagem

Jailton de Carvalho

Enviado especial

• SALVADOR. O escrivão de polícia Dartangnan Francisco Píneiro disse ontem à Polícia Federal que muitas escutas telefônicas investigadas por não terem autorização judicial na Bahia eram feitas no gabinete ou num compartimento ao lado da sala do delegado Valdir Barbosa, quando ele era chefe de Polícia Civil do estado. Barbosa e o perito Alan Farias de Souza, coordenador da Central de Telecomunicações da Secretaria de Segurança Pública da Bahia e chefe dos sete policiais civis responsáveis pela escuta clandestina em 232 telefones, foram indiciados ontem de madrugada por escuta ilegal e falsidade ideológica, pela execução dos grampos. A revelação complica a situação de Barbosa. O ex-chefe de polícia chegou a dividir a mesa de seu gabinete com Alan, segundo Dartangnan.

Delegado e assessor seriam chefes operacionais da escuta

Barbosa e Alan foram apontados como chefes operacionais da escuta clandestina. Se condenados, estarão sujeitos a penas que vão de dois a dez anos de prisão. Ambos negaram à PF a existência de irregularidades na central de espionagem e se recusaram a revelar o nome da pessoa que, entre 2001 e 2002, ordenou a gravação clandestina de conversas

dos deputados Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), Nelson Pellegrino (PT-BA) e do casal de advogados Plácido Faria e Adriana Barreto. Barbosa e Alan também negaram qualquer contato com o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), acusado pelos espionados de ser o mandante do grampo.

Para delegado, acusados adulteraram documento

Segundo o delegado da PF Gesival Gomes, as evidências indicam que Barbosa e Alan adulteraram um documento público ao incluir, a mão, numa ordem judicial assinada pela juíza de Itapetinga Tereza Cristina Navarro, o número de um telefone de Geddel. A partir daí, conversas do deputado foram gravadas pelos arapongas.

Gomes disse que vai requisitar a fita de uma conversa entre Antonio Carlos e um repórter da revista "IstoÉ" em que o senador confessa que mandou grampear Geddel. De posse da fita, o delegado intimará o senador para depor:

— Se a perícia confirmar o conteúdo e a autenticidade da fita, será uma importante prova do vínculo do senador.

Ao contrário do que prometera, Alan, no interrogatório, limitou-se a descrever detalhes técnicos da espionagem, disse que não sabia a quem se destinavam as gravações e negou ter recebido ordens para grampear desafetos de Antonio Carlos.

Ailton de Freitas



PELLEGRINO e Luiz Eduardo Greenhalgh com o cartaz da campanha

O governador da Bahia, Paulo Souto, disse que vai punir os policiais citados nas investigações se ficar comprovado o envolvimento deles no episódio. Já Pellegrino considerou grave a denúncia de que o deputado federal Paulo Magalhães (PFL-BA) teria tentado subornar a juíza de Itapetinga:

— Caso a denúncia seja confirmada, o deputado tem de responder por isso. Seria mais um indício de envolvimento de Antônio Carlos — disse Pellegrino na reunião da bancada do PT, em que recebeu o cartaz de uma campanha promovida por petistas baianos exigindo a apuração do caso. ■